

**Entrevista** >> POR **CLAUDIA FELIZ** cfeliz@redegazeta.com.br

**João Carlos Nogueira** >> **SOCIÓLOGO**

# “Cota tem de ser racial”

CARLOS ALBERTO SILVA

Secretário de Promoção e Igualdade Social defende acesso de negros à universidade como política do governo

João Carlos Nogueira não tem dúvidas: uma das chaves para eliminar as disparidades sociais que colocam a população afro-descendente no Brasil em condição de desigualdade está em permitir o acesso cada vez maior dessa população ao ensino superior. Secretário-executivo da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), o sociólogo não nega que as barreiras são muitas, mas revela avanços, a partir da política adotada pelo governo nos últimos sete anos. Sem meias-palavras, ele aponta erro na decisão da Ufes de não estabelecer cota para garantir vagas para negros em seu vestibular.

**■ Como a questão da igualdade racial é vista internamente no governo federal?**

O governo tem tomado atitudes bastante emblemáticas. A criação da própria Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e a dimensão da política pública articulada e transversalizada, em ministérios importantes como Educação, Saúde, Trabalho, Ciência e Tecnologia. O governo fez e faz muito, investe muito.

têm políticas de cotas, e não são cotas sociais.

**■ Sim, mas em relação às cotas raciais também há resistência. A lei aguarda por votação no Congresso...**

As universidades que implantaram as cotas são do governo federal. O que a gente tem que compreender é que essas instituições são vinculadas ao Ministério da Educação, e que não é ausência de ação de governo o fato de não existir uma lei de cotas. O governo federal é pró-ativo. Os conselhos das universidades votam, decidem, porque são instâncias democráticas. E o fato é que governo investe hoje mais nas universidades públicas federais, que têm condições efetivas de promover políticas de igualdade, políticas de cotas. Para tanto, basta que os conselhos aprovem.

**■ A Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) não aprovou a cota racial. A opção foi pela cota social, para candidatos em escolas públicas de ensinos fundamental e médio. Como o senhor vê essa escolha?**

A universidade do Espírito Santo errou, no sentido de não olhar a realidade das ações que o governo federal vem desenvolvendo



**PALESTRA.** João Carlos Nogueira veio a Vitória a convite do Conselho Regional de Serviço Social

anos, justamente para reequilibrar a sociedade norte-americana. Aqui no Brasil, ficamos com a ideia de que a democracia racial daria conta do projeto, contanto que a sociedade brasileira fosse embranquecida. E esse foi o grande engodo que as elites conseguiram vender para a sociedade, e que se materializou na nossa cultura. Mas, a partir dos anos 1970, nós estamos desmistificando a ideia de que pobreza é uma generalidade. Não: pobreza tem cor, e por isso as políticas públicas de inclusão são tão importantes.

**■ O sistema de cotas, especialmente?**

Hoje, sim. Primeiro porque ele incide nos espaços de conhecimento e de poder, e segundo porque temos mais oportunidade de fazer investimentos nas políticas básicas, na área de Educação, e também nas de Trabalho e Saúde.

**“Aqui no Brasil, ficamos com a ideia de que a democracia racial daria conta do projeto, contanto que a sociedade fosse embranquecida”**

**■ O estigma e a violência, que vitimam jovens negros, também são motivos de preocupação?**

**“A universidade precisa pensar nos alunos negros e negras do Estado que estão excluídos... Ela está, no máximo, abrindo um debate tímido, e bastante conservador**

**■ Qual o total investido?**

Quase R\$ 8 bilhões. Só na nossa agenda quilombola o investimento é de quase R\$ 3 bilhões.

**■ Nessa área, especificamente, onde o dinheiro é aplicado?**

Na titulação da terra, nas escolas quilombolas, e também em aquisição de terras em regiões de conflito.

**■ Há setores da sociedade que são contrários à titulação de terras quilombola. Existe até uma ação direta de inconstitucionalidade em tramitação. Como isso pode ser resolvido?**

Não sei se posso falar em solução de conflitos de interesses. O fato objetivo é: o governo fará, independentemente desses conflitos de interesses. Estamos implementando políticas públicas em universidades, mesmo sem a existência de uma lei. Hoje, 23 universidades

do. Ela tem, evidentemente, a autonomia da decisão, mas é importante que essa decisão reflita a política de governo. Se uma universidade pública estadual não praticar a política de governo não é espantoso, mas uma federal... Ela deve aplicar não como gesto de bondade, mas como afinidade de uma política necessária. Veja bem: o Espírito Santo, com a densidade de população negra que tem, com o índice de exclusão que registra, justamente no ensino superior, aprovar uma política de certa forma para satisfazer o debate da política de cotas, mas sem que ela seja efetiva... Porque sabemos que a cota social não incluiu. A universidade precisa pensar nos alunos negros e negras do Estado que estão excluídos. Portanto, não acho que uma universidade como essa esteja beneficiando a política de inclusão. Ela está, no máximo, abrindo um debate tímido, e bastante conservador.

**■ Que resultados práticos o governo enxerga na aplicação das cotas raciais às universidades federais?**

Temos muito resultado prático. Ao longo dos 20 anos anteriores, nunca houve tanta inclusão de alunos negros como nos últimos sete anos. Ou seja, nós estamos chegando a um número que, se multiplicarmos pelas 53 universidades federais que temos hoje,

pode chegar, em 2013, 2014, a aproximadamente 200 mil alunos formados em universidades públicas federais. E o Programa Universidade para Todos (Prouni) tem um outro alcance.

**■ Há quem critique o Prouni pelo fato de conceder benefício de isenção fiscal a instituições privadas, em troca de vagas.**

O projeto é criticado pela transferência de recursos e, sobretudo, pela isenção fiscal. Mas o que precisa ser compreendido é que a universidade, ao ser aprovada e reconhecida pelo Ministério da Educação, tem responsabilidade social. Já as instituições privadas não vinham sendo cobradas dessa responsabilidade pelos governos anteriores. Em vez de o governo ingressar na Justiça com uma ação, e ficar anos e anos brigando, optou por fazer política pública. Esses recursos de isenção fiscal foram traduzidos em ocupação de vagas nas faculdades privadas por alunos oriundos da rede pública. Essas pessoas não poderiam estar estudando nessas instituições de outra maneira, porque não teriam recursos.

**■ Recentemente, Abdias Nascimento, um dos maiores defensores da causa negra no Brasil, falou ao jornal A GAZETA**

**da sua insatisfação em relação à situação dos afrodescendentes na nossa sociedade. Como negro, nascido no Sul do Brasil, como o senhor avalia?**

Milito no movimento negro há quase 30 anos, e minha sensação é a mesma que percebo no presidente Lula e no homem Luiz Inácio Lula da Silva, que assessoro, bem como no Abdias. Como pesquisador nessa área, acho que temos muito a fazer. O presidente Lula disse a mais de quatro mil prefeitos que estiveram na Marcha dos Prefeitos, em Brasília, lamentar não ter podido fazer mais do que fez. Por quê? Porque o Estado brasileiro, a sociedade brasileira, sobretudo a elite, luta, resiste contra mudanças que são imprescindíveis. Nós precisamos fazer muito mais, e agir mais regionalmente. E disponibilizar ainda mais recursos, de forma criteriosa, para que possamos atender, num espaço de tempo menor do que o previsto pelos indicadores sociais, e com isso diminuir significativamente a desigualdade e a pobreza. Para incluir a população negra em espaços onde ela não está. Porque se a população negra ocupar espaços importantes, do ponto de vista da organização social, isso significará mudança real no Brasil.

**■ Embora estatisticamente,**

**isso não apareça no Censo...**

O fato de o Censo trazer os quesitos pretos e pardos leva a essa constatação, mas, oficialmente, o Estado reconhece que pretos e pardos, juntos, formam o grupo que representa os negros brasileiros. Porque nós somos absolutamente miscigenados. Se a gente for falar de miscigenados, chegaremos a 80%, 90%, praticamente toda a nossa sociedade. Mas precisamos identificar não só onde estão pretos e pardos, mas onde a pobreza incide. E nós sabemos que ela incide sobre aqueles que denominamos pretos e pardos, que são os negros do nosso país.

**■ Por que a sociedade brasileira, miscigenada, ainda mantém o ranço do racismo?**

Nosso racismo está fundamentado na ideia de que o outro não precisa ter a mesma oportunidade. Não é algo fácil de compreender. O racismo no Brasil foi se consolidando pelo benefício que o outro tem ao não compreender o que é o racismo. As pessoas se autodeclaram não-racistas, mas, ao mesmo tempo, admitem que já discriminaram. Nos Estados Unidos, como a determinante cor definia o lugar onde o negro podia estar e frequentar, foram criadas leis de ações afirmativas há 50

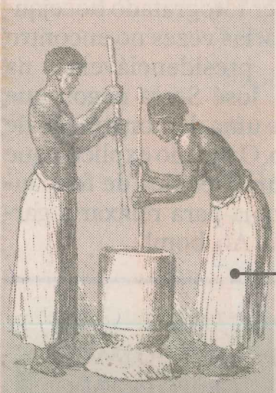
**são motivos de preocupação?**

Sim. Recentemente, um seminário com participação de comandos de polícias Militar e Civil, e também do Exército, foi revelador. Eles entendem que se não houver uma mudança muito grande nas corporações, e também no Judiciário, a juventude negra continuará sendo alvo da injustiça do Judiciário e de perseguição da polícia. O governo federal cada vez mais mexe no que é estruturante. Mas a forma como a sociedade vai absorvendo essas mudanças, ainda é muito tímida. No caso do Brasil, onde escravo não era visto como gente, mas como bem, como coisa, o negro passou a ser visto como sujeito de não-direito. Mas estamos avançando. A sociedade brasileira vai discutindo, repensando e quebrando mitos.

**■ Mas é importante assegurar direitos em lei.**

É verdade. No Congresso temos o projeto do Estatuto da Igualdade Racial. Ele estabelece critérios para o combate à discriminação racial de cidadãos afrobrasileiros, fixa a política de Estado. Com isso, os governos poderão adotar estratégias consistentes. Diferente do que vem acontecendo no governo Lula, onde fizemos muita coisa, mas no Congresso nada passou.

**Ações afirmativas e outras políticas de promoção da igualdade racial aplicadas pelo governo federal**



**QUILOMBOLAS**

A Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura, mapeou **3.524 dessas comunidades negras**, rurais e urbanas, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais.

São remanescentes de antigos quilombos. O governo investe na legalização de terras, em infraestrutura, inclusão produtiva, saúde, educação e qualidade de vida nessas comunidades



**COTAS**

De acordo com levantamento do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior (INCT), o Brasil tem mais de **22 mil alunos negros** matriculados em faculdades públicas que ingressaram no ensino superior graças às cotas raciais.

O número representa **1,7%** do total de **1.240.968 alunos** matriculados em IES (Instituições de Ensino Superior) públicas, registrados no Censo da Educação Superior de 2007



**UFES**

Em seu processo seletivo, a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) aprovou um sistema de inclusão social, que entrou em vigor em 2008, mas foi alvo de um debate iniciado três anos antes. A proposta de garantir acesso, por meio de cotas, para afrodescendentes e índios não foi aprovada.

Para ingresso na instituição, o sistema de reserva de **40% das vagas** beneficia estudantes que tenham cursado pelo menos quatro anos das séries do ensino fundamental e todo o ensino médio em escola pública, e que tenham renda familiar de até sete salários mínimos mensais



**PROUNI**

O Programa Universidade para Todos concede bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de instituições privadas de educação superior. Em contrapartida, garante isenção de alguns tributos às faculdades.

Podem participar alunos egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular, na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos. Mas é preciso submeter-se à prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)